



Fundação Educacional de Brusque - FEBE
Conselho Administrativo - CA

RESOLUÇÃO CA nº. 20/07

Dispõe sobre a concessão de auxílios para capacitação docente e dá outras providências.

A Presidente do Conselho Administrativo da Fundação Educacional de Brusque - FEBE, no uso de suas atribuições, com base na alínea “d” do artigo 9º do Estatuto e, tendo em vista o que deliberou este Conselho na reunião realizada nesta data,

RESOLVE:

- Art. 1º Este regulamento trata especificamente da concessão de auxílios para capacitação docente - Bolsas de Estudo sob a forma de Bolsas para pagamento de mensalidades, conforme estabelecido nesta Resolução.
- Art. 2º As Bolsas de Estudo para pagamento de mensalidades visam estimular a qualificação do corpo docente da Instituição em cursos de mestrado e doutorado e constituem-se em uma ajuda de custo decorrente de mera liberalidade graciosa e de conveniência administrativa da FEBE para pagamento de créditos escolares de cursos devidamente reconhecidos pelos órgãos competentes no momento da solicitação.
- § 1º O estímulo à qualificação do corpo docente priorizará os cursos de graduação mantidos pela Unifebe cujos quadros de professores ainda não tenham alcançado o mínimo recomendado pela legislação vigente de professores mestres ou doutores.
- § 2º A Bolsa de Estudo para pagamento de mensalidades não se vincula ao contrato de trabalho do docente e não constitui, em nenhuma hipótese, vantagem econômica, trabalhista ou direito adquirido.
- Art. 3º Para candidatar-se à Bolsa de Estudo para pagamento de mensalidades o professor deverá ter, no mínimo, 02 (dois) anos de vínculo empregatício com a FEBE e carga horária semanal mínima de 08 (oito) horas/aula no momento da solicitação.



Fundação Educacional de Brusque - FEBE

Conselho Administrativo - CA

§ 1º O professor que, enquanto estiver recebendo a Bolsa, deixar de possuir uma carga horária semanal mínima de 08 (oito) horas/aula, perderá o respectivo benefício.

§ 2º A concessão da Bolsa de Estudo para pagamento de mensalidades de professores que estejam no exercício regular do cargo de coordenador de curso de graduação será apreciada e deliberada pela Reitoria após análise e parecer da Comissão Especial designada no artigo 6º desta Resolução.

§ 3º Para fins de atendimento ao disposto no artigo 3º desta Resolução, a carga horária semanal de trabalho dos professores que estiverem no exercício regular do cargo de coordenador de curso de graduação será considerada como carga horária docente.

Art. 4º O valor da Bolsa de Estudo para pagamento de mensalidades será calculado através de um percentual definido de acordo com o enquadramento do professor nos incisos deste artigo, cumulativamente:

I - tempo de serviço, como professor, na FEBE:

- a) de 02 a menos de 06 anos = 10%
- b) de 06 a menos de 10 anos = 15%
- c) mais de 10 anos = 20%

II - carga horária semanal na FEBE:

- a) de 08 a 20 horas/aula semanais = 10%
- b) de 21 a 30 horas/aula semanais = 15%
- c) acima de 30 horas/aula semanais = 20%

III - vínculo profissional:

professor da FEBE sem vínculo empregatício com outra Instituição de Ensino Superior = 20%

IV - tipo de curso:

- a) mestrado = 20%
- b) doutorado = 25%

§ 1º Quando o solicitante possuir vínculo empregatício com outra Instituição de Ensino Superior, a Bolsa de Estudo para pagamento de mensalidades limitar-



Fundação Educacional de Brusque - FEBE

Conselho Administrativo - CA

se-á a, no máximo, 50% (cinquenta por cento) do total das taxas efetivamente devidas pelo mesmo.

§ 2º Para efeito de cálculo do valor da Bolsa de Estudo para pagamento de mensalidades a ser ressarcida ao docente, será considerada a porcentagem auferida na data do seu requerimento.

§ 3º Aprovada a concessão da Bolsa de Estudo para pagamento de mensalidades, o docente fará jus ao recebimento da mesma a contar da data de seu requerimento.

Art. 5º A solicitação para concessão e para renovação de Bolsa de Estudo para pagamento de mensalidades deverá ser formalizada semestralmente.

§ 1º Os requerimentos para concessão e para renovação de Bolsas de Estudo para pagamento de mensalidades deverão ser protocolados semestralmente na Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão da Unifebe mediante o preenchimento de formulário específico, sendo o prazo final o dia 15 de abril para o 1º semestre e o dia 15 de setembro para o 2º semestre de cada ano.

§ 2º Os requerimentos de Bolsas de Estudo para pagamento de mensalidades deverão ser acompanhados, semestralmente, de declaração de matrícula regular no curso, relatório de desempenho acadêmico (histórico de notas, trabalhos e atividades realizadas) relativo às atividades desenvolvidas no semestre anterior e declaração do Setor de Administração de Pessoal da FEBE informando quanto ao atendimento do previsto no artigo 3º da presente Resolução.

§ 3º Ao primeiro requerimento de Bolsa de Estudo para pagamento de mensalidades encaminhado pelo docente deverá ser anexado original ou fotocópia do folder do programa de mestrado ou de doutorado a ser cursado, para análise.

§ 4º Não serão considerados requerimentos de alunos especiais ou ouvintes.

Art. 6º Os pedidos para concessão e para renovação de Bolsas de Estudo para pagamento de mensalidades serão analisados, indeferidos ou deferidos semestralmente por Comissão Especial de Bolsas para Capacitação Docente designada pela Reitoria da Unifebe.

§ 1º A Comissão Especial de que trata este artigo terá, ainda, por competência:

- I - responder aos requerimentos que lhe forem encaminhados;
- II - emitir parecer sobre questões atinentes a presente Resolução;
- III - apurar eventuais denúncias a ela encaminhadas;



Fundação Educacional de Brusque - FEBE

Conselho Administrativo - CA

IV- estabelecer normas complementares a presente Resolução.

§ 2º A Comissão Especial será constituída por um representante do corpo docente, um representante dos Coordenadores de Cursos de Graduação, pelo Pró-Reitor de Administração, pelo Pró-Reitor de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão e por um representante da Reitoria da Unifebe.

§ 3º A Comissão Especial será presidida pelo Pró-Reitor de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão e, em suas faltas ou impedimentos, pelo Pró-Reitor de Administração da Unifebe.

Art. 7º Os requerimentos de Bolsas de Estudo para pagamento de mensalidades bem como de suas respectivas renovações serão apreciados pela Comissão Especial no prazo de dez dias contados a partir das datas finais estabelecidas no § 1º do artigo 5º.

§ 1º Na apreciação da Comissão Especial, os requerimentos de renovação de Bolsas de Estudo para pagamento de mensalidades terão precedência sobre os requerimentos de concessão de novas Bolsas.

§ 2º Em se tratando de motivo relevante, a seu juízo, a Bolsa de Estudo para pagamento de mensalidades poderá ser revista, suspensa ou cancelada a qualquer momento pela Comissão Especial.

§ 3º A Bolsa de Estudo para pagamento de mensalidades poderá ser renovada, no máximo, durante três semestres para cursos de Mestrado e durante sete semestres para cursos de Doutorado.

§ 4º Nas renovações de Bolsas de Estudo para pagamento de mensalidades, o percentual deferido na concessão permanecerá inalterado, salvo o disposto no parágrafo único do artigo 3º.

Art. 8º Os docentes interessados deverão ser comunicados oficialmente sobre os despachos da Comissão Especial.

§ 1º Qualquer requerimento relativo a Bolsas de Estudo para pagamento de mensalidades deverá ser protocolado na Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão.

§ 2º Os comunicados dos despachos da Comissão Especial serão feitos através da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão.



Fundação Educacional de Brusque - FEBE

Conselho Administrativo - CA

Art. 9º O contemplado com Bolsa de Estudo para pagamento de mensalidades deverá, sob pena de cancelamento da Bolsa e ressarcimento dos valores recebidos:

- I - prestar serviços à FEBE por, no mínimo, período equivalente ao tempo de recebimento da referida bolsa, após o término da mesma;
- II - apresentar, quando solicitado pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão da Unifebe, comprovante de frequência e de aproveitamento no Curso;
- III - apresentar, quando solicitado pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão da Unifebe, um artigo de caráter científico para eventual publicação;
- IV - manter carga horária semanal mínima de 08 (oito) horas/aula de trabalho na FEBE.

Art. 10. Em caráter excepcional e no interesse da Unifebe, a Comissão Especial poderá conceder Bolsas de Estudo para pagamento de mensalidades para cursos de especialização.

Art. 11. A Bolsa de Estudo para pagamento de mensalidades será paga em folha de pagamento, na forma de ressarcimento de fração dos valores devidos e pagos pelo professor a título de créditos escolares, devidamente comprovados através da apresentação, no Setor de Administração de Pessoal da FEBE, do comprovante de recolhimento, original e fotocópia para arquivamento, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao do vencimento.

§ 1º Os comprovantes apresentados fora do prazo estabelecido neste artigo não serão considerados para fins de ressarcimento.

§ 2º A FEBE reembolsará ao docente a fração do valor nominal efetivamente devido no vencimento, excluindo-se do cálculo eventuais juros, multas e/ou correção monetária, se houver.

Art. 12. O docente que já recebe algum tipo de auxílio financeiro de outros programas institucionais vinculados à FEBE, como PIQDT/CAPES, dentre outros, não poderá receber auxílio em forma de Bolsa de Estudo para pagamento de mensalidades de que trata a presente Resolução.

Parágrafo único. Os docentes que, na data de publicação desta Resolução, já recebem cumulativamente os auxílios previstos no *caput* deste artigo terão seus direitos assegurados.



Fundação Educacional de Brusque - FEBE

Conselho Administrativo - CA

Art. 13. Independentemente da competência da Comissão Especial designada no artigo 6º desta Resolução, a Presidência da FEBE, como medida de caráter excepcional de contenção de despesas e controle orçamentário, poderá suspender, por tempo determinado ou indeterminado, o pagamento das atuais e a concessão de novas Bolsas de Estudo para pagamento de mensalidades.

Parágrafo único. A medida de caráter excepcional a que se refere este artigo será editada através de Portaria, que especificará os procedimentos a serem adotados.

Art. 14. Fica concedido, excepcionalmente, o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data de publicação desta Resolução, para que os professores que estejam no exercício de cargos de coordenação de cursos de graduação tenham seus pedidos de solicitação de Bolsas de Estudo para pagamento de mensalidades relativos ao 1º Semestre de 2007 reconsiderados e deliberados na forma do artigo 3º desta Resolução.

Art. 15. Os casos omissos serão revolidos pela Comissão Especial prevista no artigo 6º desta Resolução.

Art. 16. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 17. Fica revogada a Resolução CA nº 23/03, de 23 de setembro de 2003.

Brusque, 23 de maio de 2007.

Maria de Lourdes Busnardo Tridapalli
Presidente